ESPAÇO GEOGRÁFICO EM DISPUTA: EMBATES DA SEGURANÇA PÚBLICA NO ATENDIMENTO A CRIANÇAS E ADOLESCENTES SURDOS DE PONTA GROSSA – PARANÁ, DESAFIOS A SUPERAR NA GARANTIA DE DIREITOS SOB A LEI 14.344/2022

CARNEIRO, Paulo Henrique (UEPG)
COSTA, Alisson Silva da (UnB)
EIXO
Geografia Cultural: identidade, patrimônio, representação e territorialidades

Resumo

O estudo apresentado busca avaliar como a Segurança Pública do município de Ponta Grossa-PR assegura o atendimento às crianças e adolescentes surdos, à luz da Lei 14.344/2022, que estabelece o sistema de garantia de direitos para essa população vulnerável. Essa legislação visa garantir a proteção integral a todas as crianças e adolescentes, independentemente de sua situação sociocultural ou de qualquer tipo de deficiência, incluindo a surdez. No entanto, a realidade da comunidade surda ainda reflete uma longa trajetória de exclusão e marginalização, resultado de preconceitos históricos que associam a surdez à deficiência, inferioridade e incapacidade. Essa visão, arraigada na valorização exclusiva da língua oral e na ausência de políticas públicas inclusivas, contribuiu para a desvalorização da cultura surda e para a exclusão dessa comunidade de espaços sociais e institucionais. Nesse contexto, ao reforçar a garantia de direitos, também se torna um marco importante a discussão sobre a representação social e cultural da comunidade surda dentro do espaço geográfico em que está inserida. Desta forma, a pesquisa concentra-se na análise da atuação da Segurança Pública, verificando como esta se relaciona com as necessidades de comunicação e de proteção das crianças e adolescentes surdos, especialmente em situações de violência e abuso. A barreira comunicacional, causada pela falta de domínio da Língua Brasileira de Sinais (Libras) por parte de familiares, educadores e profissionais da segurança, perpetua a invisibilidade dessa população, dificultando a denúncia de abusos e violências. Desta realidade, o sistema de segurança pública, ao não se adequar às necessidades específicas dessa comunidade, reforça o ciclo de vulnerabilidade. A pesquisa, portanto, questiona como a presença e a atuação das instituições de segurança pública em Ponta Grossa-PR têm garantido ou falhado em garantir os direitos assegurados pela Lei 14.344/2022 para a comunidade surda, refletindo sobre a necessidade de capacitação contínua em Libras para que os profissionais de segurança possam identificar e responder adequadamente às situações de abuso e violência. Como metodologia, partimos de uma perspectiva qualitativa pautada na análise documental e revisão bibliográfica, utilizando entrevistas semiestruturadas com representantes da comunidade surda e profissionais da Segurança Pública de Ponta Grossa-PR.

Palavras-Chave: Políticas Públicas, Identidade Surda, Vulnerabilidade Social.